

"TEMAS ATUAIS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL"

Bianca Correa (USP)

Daniela Finco (UNIFESP Guarulhos)

Ellen Gonzaga Lima Souza (UFLA)

Fabiana de Oliveira (UNIFAL-MG)

Gabriela Guarnieri de Campos Tebet (UNICAMP)

Fabiana de Oliveira (UNIFAL-MG) - Coordenadora

Resumo Geral do Painel

O painel visa a problematizar três temas: gênero, relações étnico-raciais e a gestão na/da educação infantil. São apresentadas, assim, trazendo contribuições para a ampliação dos debates de três grupos de trabalhos existentes na Anped, quais sejam, o GT 07: “Educação das Crianças de Zero a Seis Anos”, o GT 21: “Educação e Relações Étnico-Raciais” e o GT 23: “Gênero, Sexualidade e Educação”. As pesquisas que compõem esse painel têm como ponto articulador o desafio de pensar instrumentos que possam viabilizar a escuta e a perspectiva das crianças para a organização de propostas pedagógicas de educação infantil de qualidade que atendam a diversidade dos sujeitos de zero a cinco anos. A pesquisa denominada "Menina veste rosa e Menino veste azul": o que as crianças podem nos dizer sobre as questões de gênero?" busca debater as questões de gênero e o direito das crianças à participação na pesquisa trazendo como desafio a construção de instrumentos metodológicos capazes de permitir seus protagonismos. As análises dos estudos nos apontam a importância de se discutir as possibilidades e os desafios das pesquisas com crianças, considerando a complexa dinâmica cultural e as interações que as meninas e os meninos estabelecem no dia a dia, captando suas interpretações e ideias. O trabalho intitulado “A gestão da educação infantil e a escuta das crianças: desafios aos sistemas educacionais” apresenta partes de pesquisa sobre gestão e participação das crianças na educação infantil, enfatizando-se a relevância de que estas sejam, de fato, ouvidas e consideradas em suas manifestações por docentes, diretores e também por aqueles que formulam as políticas e se ocupam da gestão no âmbito dos sistemas educacionais. Os dados revelam que embora o reconhecimento das crianças venha crescendo e isto seja expresso em várias pesquisas, na prática cotidiana de muitas unidades e sistemas educacionais a escuta das crianças ainda representa um desafio a ser enfrentado. Por fim, o estudo “Contribuições sociológicas e aportes metodológicos para o estudo de bebês na perspectiva das relações étnico-raciais” propõe-se a refletir sobre os bebês na perspectiva das relações étnico-raciais tendo como foco experiências vividas em espaços domésticos, na educação infantil e em *terreiros de candomblé* dialogando com *Alberto Guerreiro Ramos e Amadou Hampate Bâ*. As análises indicam que uma educação pautada na lógica exúlica oferece importantes contribuições para a educação dos bebês – seja em contexto familiar ou coletivo – e configura-se como um importante contraponto frente às práticas e políticas de branqueamento.

Palavras-chave: Gênero; Gestão da Educação Infantil; Relações Étnico-Raciais; Direitos das Crianças; Pesquisa com Crianças.

**"menina veste rosa e menino veste azul":
o que as crianças podem nos dizer sobre as questões de gênero?**

**Prof^a Dr^a Daniela Finco (UNIFESP Guarulhos)
Prof^a Dr^a Fabiana de Oliveira (UNIFAL-MG)**

Resumo: A proposta aborda as questões de gênero e o direito das crianças à participação nas pesquisas, trazendo como desafio a construção de instrumentos metodológicos capazes de permitir seus protagonismos. Esta proposta busca conhecer os modos de compreensão e os sentidos que são construídos pelas crianças em relação às diversas experiências de gênero vivenciadas por elas. Tem como metodologia um levantamento bibliográfico crítico das pesquisas a partir da fonte as publicações dos grupos de trabalhos da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, especificamente o Grupo de Trabalho “Educação das Crianças de Zero a Seis Anos” e o Grupo de Trabalho “Gênero, Sexualidade e Educação” no período de 2004 a 2017. Traz como proposta a desconstrução dos conceitos tradicionalmente utilizados para a abordagem da infância e com os quais as crianças têm sido metodicamente investigadas. Ouvir as crianças e creditar suas vozes pode contribuir também para o empoderamento desse grupo geracional, ao mesmo tempo, que põe em evidência a relação desigual de poder entre adultos e crianças, e entre meninos e meninas. A proposta pretende contribuir com o refinamento dos instrumentos de pesquisa que possibilitem a participação das crianças em assuntos que as afetam diretamente e também contribuir para pensarmos práticas educativas e políticas públicas mais híbridas, não-adultocêntricas, não-estereotipadas, não-sexistas.

Palavras-chave: Pesquisa com crianças; Gênero; Participação

Resumo Expandido

Introdução

O objetivo da presente reflexão é apresentar uma discussão envolvendo gênero e o direito das crianças à participação, por meio da análise de pesquisas que tiveram como objeto essas questões. Considera-se a importância de ouvir as crianças e creditar suas vozes, pois historicamente elas foram consideradas *infans*, ou seja, aquele que não fala, desprovido de voz e apesar da criança estar presente nas pesquisas científicas há muito tempo, ainda permanece na condição de objeto a ser observado, medido, descrito, analisado e interpretado (CAMPOS, 2008).

Nesse sentido, temos produzido pesquisas e políticas públicas no campo educacional e fora dele a partir de um viés adultocêntrico, discutido por Fúlvia Rosemberg (1976) desde a década de 70 no Brasil. Essa perspectiva adulta tem se pautado frequentemente em alguns argumentos que consideram uma falta de competência por parte das crianças para a participação; de que as crianças devem aprender a ter responsabilidades (LANSDOWN, 2003).

Em relação ao gênero não é diferente, consideremos como diversas percepções sobre ser menino e ser menina se naturalizaram com tamanha força que acabamos por reproduzir como verdades às crianças. É preciso problematizar os processos sociais que envolvem diferentes campos de disputa, nos quais as crianças e o seu corpo são se tornam alvos de discursos normativos e práticas que visam a colonização de suas infâncias.

Considerando a questão atual da falácia da "ideologia de gênero" (MISKOLCI, 2017, 2018; JUNQUEIRA, 2017) como um mecanismo de incitação de pânico moral na educação

das crianças, como tentativa de controle e cerceamento das transformações sociais e culturais, e como resposta do campo conservador diante da suposta ameaça aos avanços das políticas no campo dos Direitos Humanos, buscamos questionar as bases nas quais se fundamentam a afirmação “menina veste rosa e menino veste azul”. Trazendo um outro desafio para esta discussão, afinal, o que as crianças têm a dizer sobre isso? O que as meninas e meninos têm a nos dizer sobre as questões de gênero?

Esta proposta busca conhecer os modos de compreensão e os sentidos que são construídos pelas crianças em relação às diversas experiências que são vivenciadas por elas e que envolvem diversas questões que na contemporaneidade se tem encontrado um movimento de desvelamento, de colocar em discurso outros discursos que questionam as várias metanarrativas que historicamente tem nos constituído e a questão do gênero é uma delas. Desse modo, trazemos como proposta a desconstrução dos conceitos tradicionalmente utilizados para a abordagem da infância e com os quais as crianças têm sido metodicamente investigadas.

No campo da pesquisa ainda é um desafio buscar metodologias que possam considerar e compreender as crianças para além de sujeitos da pesquisa, por isso Willian Corsaro (2011) nos aponta que seu trabalho foi passando de uma pesquisa sobre crianças *para* uma pesquisa *com* as crianças. Neste sentido, Priscilla Alderson (2005) fazer pesquisa *com* as crianças é tirá-las do seu antigo e desde sempre papel de seres passivos, de objetos da pesquisa considerando as crianças como pesquisadoras e co-produtoras de dados.

Procedimentos Metodológicos

A pesquisa tem como metodologia um levantamento bibliográfico crítico das pesquisas com crianças que trazem suas perspectivas sobre as questões de gênero assim como pesquisas que contribuam para construção de ferramentas metodológicas para participação das crianças nas pesquisas. Desta forma, “a pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras” (LAKATOS e MARCONI 2006, p. 185).

O levantamento bibliográfico tem como fonte as publicações dos grupos de trabalhos da ANPED (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação) especificamente o Grupo de Trabalho número 07 denominado “Educação das Crianças de Zero a Seis Anos” e do Grupo de Trabalho número 23 denominado “Gênero, Sexualidade e Educação” no período de 2004 a 2017 apresentados nas reuniões nacionais.

O período foi escolhido considerando a existência do GT 23 a partir do ano de 2004 e tivemos a última reunião nacional no ano de 2017. A proposta tem como referencial teórico o campo dos estudos sobre a infância e a área de estudos de gênero. O levantamento foi realizado a partir da busca no site da Anped que disponibiliza todos os trabalhos apresentados nas reuniões e se buscou trabalhos que tiveram o intuito de ouvir as crianças tendo como recorte a temática gênero. Então, por meio dos títulos foi possível selecionar o material empírico utilizado nessa pesquisa e, em seguida, procedeu-se à leitura e análise dos trabalhos. Considerando o espaço limitado do resumo expandido, optamos por apresentar uma pequena amostra dos dados.

Resultado e Discussão

Do levantamento realizado entre os anos de 2004 e 2017 encontramos um total de quinze trabalhos, sendo que onze foram apresentados no GT 23 e os outros quatro trabalhos apresentados no GT 07. A criação do GT 23 contribui favoravelmente ao aumento do envio de trabalhos envolvendo a questão do gênero e a participação das crianças nas pesquisas visando captar seus pontos de vistas sobre o assunto.

A produção aumentou consideravelmente no ano de 2017 com quatro trabalhos apresentados, já que nos anos anteriores tivemos no máximo um trabalho apresentado e, inclusive tivemos três reuniões sem nenhum trabalho cujo foco tenha sido o proposto nesta pesquisa.

De um modo geral, os pesquisadores utilizaram a etnografia para buscar captar a voz das crianças. A etnografia e a história oral são indicadas pelos pesquisadores da área adeptos à abordagem interpretativa como recursos metodológicos eficientes no registro do ponto de vista das crianças.

A pesquisa etnográfica é apresentada como recurso privilegiado segundo Manuel Sarmiento (2005), pois requer a construção de vínculos entre pesquisador e pesquisado visando a compreensão pelo pesquisador dos símbolos, interpretações, crenças e valores que integram a dinâmica cultural na qual está inserido.

Podemos afirmar a partir das pesquisas analisadas que meninos e meninas são atores sociais porque sua própria existência modifica o entorno social e obriga a adotar medidas em relação a eles. Portanto, crianças têm uma participação social bilateral: afetam e são afetadas pela sociedade.

As crianças são atores sociais nos mundos sociais de que participam. E a investigação sociológica com crianças deve focar suas condições de vida, atividades, relações, conhecimento e experiências; deve centrar-se nas experiências cotidianas das crianças, especialmente nas suas relações com outras crianças e com os adultos, trazendo as crianças como importantes interlocutoras da pesquisa (FINCO, 2011; FARIA e FINCO, 2010).

A emergência de novos estudos sociais da infância, restabelecendo as crianças como atores de seus próprios direitos e não como meros receptáculos dos conhecimentos e normas dos adultos (QVORTRUP, 2011). Portanto, esta proposta traz um novo paradigma sociológico, antropológico e também pedagógico (PRADO, 2006).

As análises dos estudos nos apontam também a importância de se discutir as possibilidades e os desafios das pesquisas com crianças, considerando a complexa dinâmica cultural e as interações que as meninas e os meninos estabelecem no dia a dia, captando suas interpretações e ideias.

Trata do desafio de considerá-las como repórteres competentes da sua própria experiência de vida, e encarar as suas ações como sendo dotadas de sentidos e estruturadas de acordo com suas próprias lógicas; uma descoberta, uma aprendizagem e uma análise que, só do ponto de vista das crianças e através da compreensão de suas interações nos seus universos específicos, tornam-se acessíveis aos adultos. Daí a importância de refinar nossos recursos metodológicos com crianças, pensar em instrumentos de pesquisas que convocam os adultos a desafiar as barreiras do seu próprio adultocentrismo (FERREIRA, 2004).

Nesse sentido ouvir as crianças pode abrir possibilidades de romper com essas metanarrativas sendo especificamente àquelas que colocam a crianças nesse lugar sem fala e outras que defendem cores certas, brinquedos e brincadeiras específicas, formas de afeto e de interação entre as crianças, seus pares e adultos a partir de uma concepção generalizante, heteronormativa e binarizante de menino/menina.

As crianças têm a possibilidade de fazer devir outra coisa com as noções de gênero que lhe são transmitidas e que podem nos possibilitar vieses outros para os próprios adultos tão formatados que nos tornamos. Kramer citando Benjamin (1987b apud Kramer, 2005) nos ensina que as crianças criam e recriam a partir dos escombros, dos restos da história, pois ao contrário dos adultos invertem a ordem das coisas, estabelecem novas relações e combinações.

O conceito de socialização de forma horizontal entre adultos e crianças, nos possibilita refletir sobre a criança enquanto um ator social e não somente um produto da socialização, até então entendida somente verticalmente dos adultos sobre as crianças. Essa criança “ator

social” tem direito à voz, é um sujeito de direitos tendo sido garantidos na Convenção sobre os direitos da criança de 1989 que contemplou para além dos direitos de provisão e proteção incluiu os direitos de participação (OLIVEIRA, 2017).

Refletir sobre a proposta desta mudança nas questões metodológicas envolvendo as crianças, pode nos ajudar a construir estratégias para "resgatá-las do silêncio e da exclusão, e do fato de serem representadas, implicitamente, como objetos passivos, ao mesmo tempo em que o respeito por seu consentimento informado e voluntário ajuda a protegê-la de pesquisas encobertas, invasivas, exploradoras ou abusivas” (ALDERSON, 2005, p. 423).

Considerações Finais

Assim, as crianças devem ser envolvidas nas questões que as afetam, pois considera que isso possibilitará o desenvolvimento de novas habilidades; contribuirá para a constituição de uma autoestima mais positiva; muda o senso comum associado à ideia de impotência das crianças; é uma forma de empoderamento (LANSDOWN, 2003).

Ouvir as crianças e creditar suas vozes pode contribuir também para o empoderamento desse grupo geracional, ao mesmo tempo que põe em evidência a relação desigual de poder entre adultos e crianças, inclusive a relação também desigual entre meninos e meninas reforçadas culturalmente.

Além disso, possibilita sua participação em assuntos que as afetam diretamente e contribui para pensarmos práticas educativas e políticas públicas mais híbridas, não-adultocêntricas, não-estereotipadas, não-sexistas, pois a investigação quando envolve as crianças como investigadoras, co-pesquisadoras e colaboradoras pode proporcionar “uma reflexão dos atores sobre sua experiência” (DELALANDE, 2001, p. 77).

Portanto, este trabalho busca aprofundar a discussão sobre pesquisas realizadas com meninos e meninas, considerando que a criança na sua perspectiva e na construção de culturas próprias refletem não somente seu mundo infantil, mas o mundo adulto e tudo que está inscrito na sociedade que vivemos.

Referências bibliográficas

- ALDERSON, Priscilla. As crianças como pesquisadoras: Os efeitos dos direitos de participação sobre a metodologia de pesquisa. *Rev. Educação e Sociedade*, Campinas, v. 26, n. 91, p. 419-439, mai./ago. 2005.
- CAMPOS, Maria Malta. Porque é importante ouvir a criança? In.: CRUZ, S. H. V. (org.). *A criança fala: a escuta de crianças em pesquisa*. São Paulo: Cortez, 2008, p. 35-42.
- CORSARO, Willian. *Sociologia da Infância*. Porto Alegre: Artmed, 2011.
- DELALANDE, Julie. *La cour de récréation: pour une anthropologie de l'enfance*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2001.
- FERREIRA, Maria Manuela Martinho. *A gente gosta é de brincar com os outros meninos!:* relações sociais entre crianças num jardim de infância. Afrontamento, 2004.
- FARIA, Ana Lúcia Goulart de; FINCO, Daniela (Org.). *Sociologia da Infância no Brasil*. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.
- FINCO, Daniela. Educação Infantil e gênero: meninos e meninas como interlocutores nas pesquisas. In: Patrícia Dias Prado e Altino José Martins Filho. (Org.). *Das pesquisas com crianças à complexidade da infância*. Campinas: Autores Associados, 2011, p. 58-72.
- PRADO, Patrícia Dias. *Contrariando a idade: condição infantil e relações etárias entre crianças pequenas da educação infantil*. Tese (Doutorado) — Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. “Ideologia de gênero”: a gênese de uma categoria política reacionária - ou a promoção dos direitos humanos se tornou uma “ameaça à família natural”? In: RIBEIRO, Paula Regina Costa; MAGALHÃES, Joanalira Corpes (org.). *Debates contemporâneos sobre Educação para a sexualidade*. Rio Grande, RS, Editora da FURG, 2017, pp.25-52.

KRAMER, Sônia . Infancia, cultura y currículo: desafíos para la escuela. *Educación* (Lima. 1992) , v. 27, p. 33-50, 2005.

LANSDOWN, Gerison. *Promoting children’s participation in democratic decision-making*. Italy: Arti Grafiche Ticci. February. 2003.

LAKATOS, Eva Maria & MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos de metodologia científica*. São Paulo: Atlas 2006. 6ª ed.

MISKOLCI, Richard. Exorcizando um fantasma: os interesses por trás do combate à “ideologia de gênero”. *Cadernos Pagu*, (53), 2018.

MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 32, n. 3, p. 725-748, Dec. 2017.

OLIVEIRA, Fabiana. Reflexões a respeito de uma experiência de participação infantil no Brasil envolvendo os espaços urbanos e a perspectiva das crianças. *Revista Portuguesa de Educação*, v. 30, p. 157, 2017.

QVORTRUP, Jens. Nove teses sobre a "infância como um fenômeno social". *Pro-Posições*. 2011, vol.22, n.1, pp.199-211.

ROSEMBERG, Fúlvia. Educação para quem? *Ciência & Cultura*, São Paulo, v. 28, n. 12, p. 1466-1471, 1976.

SARMENTO, Manuel J. Gerações e Alteridade: interrogações a partir da sociologia da infância. In: *Revista Educação & Sociedade*. n. 91. Vol. 26. Mai/ago. 2005. p.361-378.

“a gestão da educação infantil e a escuta das crianças: desafios aos sistemas educacionais”

Profª Drª Bianca Correa (USP)

Resumo: O trabalho apresenta partes de pesquisa sobre gestão e participação das crianças na educação infantil, enfatizando-se a relevância de que estas sejam, de fato, ouvidas e consideradas em suas manifestações por docentes, diretores e também por aqueles que formulam as políticas e se ocupam da gestão no âmbito dos sistemas educacionais. A pesquisa teve início com a delimitação de um conjunto de 16 municípios que compõem uma microrregião no interior paulista e, dentre eles, 12 consentiram. Para este conjunto aplicamos um questionário *in loco*. Neste trabalho apresentamos os resultados de quatro estudos de caso, em três diferentes municípios. Dentre os três primeiros casos, eles foram desenvolvidos para analisar o padrão de gestão no âmbito da unidade - uma pré-escola e duas creches - e as relações das crianças com a gestão da escola ou, sob um outro ângulo, para estudar como a gestão se refletia nas relações estabelecidas com as crianças, fosse pelas responsáveis diretas por esta função, fosse pelas professoras e outros adultos de cada unidade e sistema de ensino. O quarto caso teve como foco um modelo de avaliação destinado à pré-escola. Os dados revelam que embora o reconhecimento das crianças venha crescendo e isto seja expresso em várias pesquisas, na prática cotidiana de muitas unidades e sistemas educacionais a escuta das crianças ainda representa um desafio a ser enfrentado. Ouvir as crianças tem se mostrado

relevante e vários estudos têm destacado esse aspecto como determinante de uma melhor qualidade na educação infantil.

Palavras chave: gestão da educação infantil; direitos das crianças; escuta das crianças

Introdução

Embora tenhamos obtido importantes conquistas na oferta de educação infantil nos últimos 30 anos, tendo como ponto de virada a aprovação da Constituição Federal em 1988, muitos são os desafios que persistem ao longo do tempo. Assim, mesmo com a definição legal de que todas as crianças de quatro e cinco estivessem matriculadas em pré-escolas a partir de 2016, dados daquele ano informam que 91% estaria matriculada, ou seja, ainda havia uma parcela das crianças fora da escola (INEP, 2018). No caso das crianças de zero a três anos, a matrícula em 2016 indicava um percentual de 32% (INEP, 2018), longe, portanto, da meta estabelecida no primeiro Plano Nacional de Educação (2001-2011) e reiterado no segundo (2014-2024). Para além dos desafios em termos quantitativos, relativos à oferta de vagas, estudos com significativa amostragem vêm reiterando vários aspectos a serem superados quanto à qualidade da educação infantil oferecida no país (CAMPOS; FULLGRAF; WIGGERS, 2006; CAMPOS; CRUZ, 2006).

Diante desse cenário, e considerando que ainda há muitas lacunas na pesquisa sobre a educação infantil, embora os estudos venham se ampliando significativamente, desenvolvemos projeto sobre a gestão nessa etapa educacional. A gestão, nesse caso, foi tomada como mediação entre meios e fins determinados (PARO, 2001), abrangendo tanto a dinâmica de relações no contexto da escola (no caso, creches e pré-escolas) quanto no das relações entre estas e as secretarias municipais de educação. Para este artigo nosso objetivo é apresentar parte dos resultados construídos ao longo de quatro anos, mas, enfocando um aspecto específico dentre o conjunto mais amplo dos dados já sistematizados. Assim, para a presente discussão enfatizamos a questão da escuta da criança, pois a entendemos como aspecto dos mais relevantes quando se discute a qualidade tendo em vista o respeito aos direitos dos pequenos. Os dados de nossa pesquisa evidenciaram, outrossim, que a questão da escuta não se configura como um desafio restrito ao trabalho docente, ou seja, não se trata de tema de interesse ou formação afeto apenas às professoras. Trata-se, ao contrário, de uma dimensão a ser considerada no âmbito da gestão, seja em relação à equipe ou profissional responsável por gerir as unidades de educação infantil, seja em relação àqueles que atuam no âmbito das secretarias de educação.

Destaque-se que com o crescimento das pesquisas sobre a educação infantil,

nas últimas décadas um novo olhar vem se incorporando a esse conhecimento: a perspectiva das próprias crianças sobre as suas experiências educativas. Esse novo interesse é decorrente, basicamente, de três elementos que se articulam: uma nova imagem de criança, a consideração da sua fala como legítima e como direito; o reconhecimento da contribuição dessa fala para ampliar o conhecimento sobre a educação destinada às crianças. (CRUZ; MARTINS, 2017, p. 30)

Se as pesquisas que procuram ouvir as crianças têm se ampliado, aliar essa escuta a questões relativas à gestão ainda é um desafio, e este tem sido um de nossos objetivos na pesquisa mais ampla de onde retiramos o conteúdo ora apresentado.

Procedimentos metodológicos

A pesquisa teve início com a delimitação de um conjunto de 16 municípios que compõem uma microrregião no interior paulista. Na primeira etapa todos foram convidados a

participar e, dentre eles, 12 consentiram. Para este conjunto aplicamos um questionário *in loco*, e isto permitiu que obtivéssemos dados objetivos sobre as redes e suas unidades de educação infantil, como também garantiu que complementássemos e enriquecêssemos essas informações a partir da conversa estabelecida durante a aplicação das questões. Tais dados foram sistematizados e analisados, possibilitando, assim, o estabelecimento de um perfil do atendimento e da gestão da educação infantil nessa região. Cumprida esta etapa, partimos para os estudos de caso (ANDRÉ, 2005) em parte desses municípios, com observação participante e registros em cadernos de campo, entrevistas semiestruturadas com pessoal das unidades e das Secretarias e escuta das crianças por meio de técnicas específicas (histórias e desenhos a completar, rodas de conversa), bem como para estudos de aprofundamento a partir de dados públicos disponíveis em diferentes bases municipais (páginas próprias de cada município), estaduais (SEADE) e nacionais (INEP e IBGE). É com base nos dados dessa segunda etapa da pesquisa que apresentamos a presente discussão. A análise dos dados construídos nos estudos de caso teve como suporte a teoria histórico-cultural (VIGOTSKI, 2007; 2010), bem como legislação nacional e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil - DCNEI (BRASIL, 2009).

Resultados e discussão

Neste trabalho apresentamos os resultados de quatro estudos de caso, em três diferentes municípios. Dentre os três primeiros casos, eles foram desenvolvidos para analisar o padrão de gestão no âmbito da unidade - uma pré-escola e duas creches - e as relações das crianças com a gestão da escola ou, sob um outro ângulo, para estudar como a gestão se refletia nas relações estabelecidas com as crianças, fosse pelas responsáveis diretas por esta função, fosse pelas professoras e outros adultos de cada unidade e sistema de ensino. O quarto caso teve como foco um modelo de avaliação destinado à pré-escola.

Na pré-escola, o que se constatou foram condutas muito rígidas em relação às crianças, com a antecipação de uma série de práticas típicas do ensino fundamental, dentre as quais destacamos as filas, a contenção dos movimentos, os castigos na sala da diretora e a utilização de sinais sonoros para a marcação dos tempos. As professoras pareciam pouco tolerantes em relação ao choro, pois em todos os momentos de observação, houve situações em que crianças eram encaminhadas à direção, ou às pajens, sob a queixa de que estariam chorando e atrapalhando o “trabalho” da turma. Crianças levadas à direção por “mau comportamento” (sair da fila, desenhar na lousa, brigar com um colega) eram submetidas a situações constrangedoras, pois a diretora não poupava palavras para dar suas “broncas”, as quais eram seguidas de castigos, o que significava deixar a criança “pensando” sozinha num canto da diretoria por tempo indeterminado.

Se de um lado as crianças não eram ouvidas, sendo submetidas a medidas totalmente autoritárias e descabidas - uma criança de três, quatro e cinco anos mal consegue ficar imóvel por mais que 10 minutos e tampouco compreende a função “pensar” em relação a seus atos -, as famílias também não tinham espaços reais de participação. São exemplos disso o fato de que após uma semana de aula, passado o período designado como de adaptação, as crianças passaram a ser deixadas no portão da escola, onde as famílias, se tivessem alguma observação ou dúvida, deveriam dirigi-las às pajens que ali permaneciam organizando a entrada; o outro fato é que havia um Conselho de Escola e uma Associação de Pais e Mestres instituídas nesta pré-escola, todavia, a própria diretora admitiu que não reunia seus membros com regularidade - ao longo do ano em que as observações foram realizadas, não houve nenhum encontro dessa natureza - e que escolhia a dedo os seus representantes, de modo que pudesse lhes apresentar as atas para que as assinassem sem maiores questionamentos. Segundo a diretora, as famílias não gostavam de participar. Também durante entrevista, a diretora afirmou que suas práticas tomavam como referência àquelas adotadas em um *reality show* exibido na televisão, a

Supernanny. Essa era a fonte a justificar a prática recorrente de colocar as crianças para “pensarem”.

O segundo município foi selecionado porque havia em sua organização um modelo peculiar quanto à gestão, já que em vez de um/a diretor/a por unidade, havia um/a profissional para gerir um conjunto de três ou quatro unidades. Assim, foram acompanhadas duas creches, uma com a presença diária de uma diretora, e outra em que o trabalho se desenvolvia sem a sua presença. O que se constatou foi que tanto em uma quanto na outra, práticas de desrespeito aos direitos das crianças eram comuns. Assim, foram observadas situações em que as professoras ou auxiliares deixaram crianças pequeninhas chorando em seus berços ou bebês-conforto, crianças em situação de espera, falas ásperas diante de determinadas ações das crianças. Mesmo sendo creches, as famílias não podiam entrar para deixar seus bebês ou crianças bem pequeninas, que eram entregues às pajens, no portão, para serem levadas até as salas de referência onde estavam as professoras.

Assim, haver uma diretora presente não se mostrou relevante, já que mesmo na sede, ela não se dirigia até as crianças, assim como não acompanhava de perto a rotina e a conduta das profissionais junto aos pequenos.

Tanto no primeiro quanto no segundo caso, observa-se uma indefinição quanto ao papel das gestoras, sendo o trabalho priorizado aquele relativo à escrituração (controle de frequência, expedição de documentos, etc.) ou à aplicação de castigos, sem uma interação planejada e adequada com as crianças, já que no primeiro caso o que havia era uma relação de medo e, no segundo, nenhuma interação foi observada.

No caso deste segundo município, é preciso destacar que as diretoras são indicadas politicamente para os cargos, não havendo concurso, seleção ou eleição. Conforme observações e dados das entrevistas havia uma relação verticalizada entre a SME e estas diretoras, com pouca autonomia por parte destas. Tal relação se refletia na organização do trabalho pedagógico nas unidades.

Em outro município dentre os selecionados, o que se buscou foi compreender melhor o que havia sido indicado durante a aplicação dos questionários, ou seja, a existência de um sistema próprio de avaliação da qualidade no âmbito das pré-escolas. Como não foi possível observar a “aplicação” da avaliação, foram entrevistadas oito professoras e a responsável pelo sistema no âmbito da SME. Embora o termo “sistema” remeta à ideia de um conjunto de ações, o que se constatou foi que o município aplicava provas e preenchia fichas de avaliação de desenvolvimento. Os resultados obtidos com tais instrumentos eram sistematizados sob a forma de gráficos e tabelas e, na sequência, tornados públicos para toda a rede municipal. Embora eles não significassem prejuízo ou ganhos extras (bônus salarial, por exemplo), as professoras entrevistadas afirmaram haver constrangimento e, após a primeira experiência, isto levou a maioria das docentes a modular suas práticas para a obtenção de melhores resultados nas provas, o que resultou em menos tempo para brincar, entre outros problemas.

Não bastasse a inadequação de submeter crianças tão pequenas a provas, nos moldes daquelas realizadas em larga escala para o ensino fundamental, tais como as do Saesp em São Paulo, ou as do Saeb em âmbito nacional, estas avaliavam apenas duas habilidades cognitivas, quais sejam, a escrita e a leitura. As crianças eram submetidas a uma enorme pressão, já que no caso das de quatro e cinco anos, as provas eram aplicadas por uma outra professora que não a de referência, também reproduzindo o formato das avaliações oficiais do ensino fundamental. Nas entrevistas as professoras relataram situações de angústia por parte das crianças, muitas das quais redundavam em crises de choro. Uma dessas professoras informou ter pedido transferência de turma/idade, pois não conseguia concordar com a proposta e ver as crianças naquela situação.

Também nesse caso não foram encontrados mecanismos efetivos de participação das famílias e as medidas foram adotadas de modo verticalizado, partindo da SME todas as iniciativas e o controle do processo. As crianças, nesse caso, não foram minimamente consideradas em suas peculiaridades em termos de desenvolvimento, sendo expostas a situações que podemos denominar como vexatórias.

Considerações finais

Para Peter Moss (2009), introduzir a participação e a democracia na educação infantil representa contribuir para sua qualidade, pois, “participação democrática (...) é um meio pelo qual crianças e adultos podem se envolver com outros na tomada de decisões que afetam eles mesmos, grupos dos quais eles são membros e a sociedade como um todo.” (p. 419) Este entendimento, todavia, está longe de ser generalizado entre os que atuam cotidianamente nas unidades e sistemas de educação pelo país.

Ouvir as crianças tem se mostrado relevante e vários estudos têm destacado esse aspecto como determinante de uma melhor qualidade na educação infantil.

A pesquisa desenvolvida por nós e cujos resultados são aqui parcialmente apresentados visa a contribuir para o debate sobre essa importância e, embora tenhamos mostrado práticas de não atenção às crianças, tais experiências podem ser tomadas para a reflexão entre aqueles que atuam diretamente com os pequenos em creches e pré-escolas e entre os que estão na administração pública visando a adoção de práticas mais condizentes aos direitos de nossas crianças.

Finalmente, destacamos que apesar de termos encontrado tais práticas por parte dos adultos, as crianças se mostraram resistentes e, em muitos eventos, pareciam seguir à risca a definição de Paulo Leminsky sobre o que devemos aprender com elas: estar sempre alegre, nunca ficar inativo e chorar com força por tudo o que se quer.

REFERÊNCIAS

- ANDRÉ, M. E. D. A de. **Estudo de caso em Pesquisa e Avaliação Educacional**. Brasília: Líber Livro Editora, 2005. 68p. (Série Pesquisa; vol. 13).
- CRUZ, S. H. V.; MARTINS, C. A. Políticas públicas e a voz das crianças. *Laplage em Revista* (Sorocaba), vol.3, n.1, jan.-abr. 2017, p.29-43
- MOSS, P. Introduzindo a política na creche: a educação infantil como prática democrática. **Psicologia USP**. São Paulo, v.3, n.20, p. 417-436, julho/setembro, 2009.
- PARO, V. H. **Escritos sobre educação**. São Paulo: Xamã, 2001.
- VIGOTSKI, L. S. **A formação social da mente**. 7ª ed. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2007.
- VIGOTSKI, L. S. Quarta aula: a questão do meio na pedagogia. Tradução de Márcia Pileggi Vinha. **PSICOLOGIA USP**, São Paulo, 2010, 21(4), 681-701.

“contribuições sociológicas e aportes metodológicos para o estudo de bebês na perspectiva das relações étnico-raciais”

Profª Drª Gabriela Guarnieri de Campos Tebet (UNICAMP)
Profª Drª Ellen Gonzaga Lima Souza (UFLA)

Resumo: Dialogando com Alberto Guerreiro Ramos e Amadou Hampate Bâ, propõe-se

reflexões sobre os bebês na perspectiva das relações étnico-raciais tendo como foco experiências vividas em espaços domésticos, na educação infantil e em terreiros de candomblé. Para o debate proposto, optamos por uma pesquisa bibliográfica e análise de situações e relatos que envolvesse bebês e relações raciais em contexto de educação infantil, contexto familiar ou em terreiro de candomblé. Pesquisas como as de Oliveira (2004), Santiago (2015), Marques e Dornelles (2018) nos permitem importantes reflexões sobre a experiência racial vivida por bebês e crianças pequenas em contexto de educação infantil. Por outro lado, Fonseca (1992), Silva (2010), Ferreira e Camargo (2011) e Segato (2006) nos apresentam elementos para um debate sobre o papel da família na constituição identitária racial. As pesquisas apontam para políticas e práticas de branqueamento comuns em diversos contextos e frente a tal contexto, Souza (2019), amplia nossos horizontes ao nos oferecer reflexões sobre bebês em terreiros de candomblé e as contribuições de uma educação pautada na lógica exúlica (SOUZA, 2016). É a partir da intersecção entre esses três elementos (educação infantil, família e terreiro), que desenvolvemos os debates aqui propostos. Se as pesquisas que articulam raça, com educação infantil ou com análises sobre o papel da família apontam para racismo, branquitude e discriminação, para Souza e Araújo (2018) o candomblé é como fonte para orientações na construção de uma educação igualitária, para colaborar como aporte para a construção de uma educação para e nas relações étnico-raciais.

Palavras-chave: Bebês; Relações étnico-raciais; Pedagogia Exúlica

Resumo Expandido

Introdução

Os Estudos da Infância no Brasil são atravessados pela questão racial (Gomes, 1996; Oliveira e Abramowicz, 2010; Rosemberg, 2013; Abramowicz, 2015; etc). Mas e os estudos de bebês? A partir de diálogos com Alberto Guerreiro Ramos e com Amadou Hampate Bâⁱ, este texto tem como objetivos tecer reflexões sobre raça, racismo e relações étnico-raciais, a partir do nosso interesse em melhor compreender as experiências cotidianas vividas por bebês em diversos contextos. Nesse sentido, optamos por mobilizar cenas coletadas em contextos familiar, de educação infantil e em terreiros de Candomblé para fundamentar as discussões propostas.

Cruz (2018), Maio (2015), Silvério e Trindade (2012), dentre outros, afirmam que uma perspectiva sociológica das relações étnico-raciais tem sido desenvolvida no Brasil desde meados do século XX. Nesse período, desenvolveu-se um projeto de pesquisa, financiado pela Unesco, sobre a questão racial e o racismo e uma ampliação de debates sobre o tema no campo das Ciências Sociais visando compreender melhor as relações raciais no Brasil, no âmbito do qual, destaca-se a relevância do pesquisador negro Alberto Guerreiro Ramos, graduado em Ciências e Direito.

Além de suas contribuições para o estudo das questões raciais, Guerreiro Ramos, apresenta-nos ainda contribuições para o estudo de bebês, resultado de sua atuação como professor de Problemas Econômicos e Sociais do Brasil no Curso de Puericultura e de Administração dos Serviços de Amparo à Maternidade, à Infância e à Adolescência no Departamento Nacional da Criança. Suas primeiras publicações nos oferecem importantes contribuições para uma perspectiva sociológica dos bebês e das crianças e têm sido caracterizadas como sociologia da saúde ou sociologia da mortalidade infantil (SOARES, 2006).

Esses dados evidenciam que no Brasil a experiência de ser bebê ou criança pequena é muito variada e em geral, a categoria racial é um importante macador das experiências vividas. Ao considerar as relações étnico-raciais, cabe considerar as ideias desenvolvidas por Munanga (2003), que afirma que o conceito de raça nada tem a ver com questões biológicas. Para ele, é uma conceituação político-ideológica, ou seja, para geneticistas contemporâneos ou mesmo para biólogos moleculares, a raça não existe, contudo no imaginário e nas representações coletivas de diversas populações há as raças fictícias ou sociais, a partir das quais se reproduz o racismo.

Mbembe (2014) ressalta que será um desafio conseguir sobreviver aos que inventaram o ser negro como pessoas de menor valor. Não será tarefa fácil mudar a maneira de vida pela qual até hoje têm sido submetidas as marcas da escravidão. Para o autor, “se aprofundarmos a questão, a raça será um complexo perverso, gerador de medos e de tormentos, de problemas do pensamento e de terror, mas, sobretudo de infinitos sofrimentos e, eventualmente, de catástrofes”.(MBEMBE, 2014, p. 25).

Metodologia

Para o debate proposto, optamos por uma pesquisa bibliográfica e análise de situações e relatos que envolvesse bebês e relações raciais em contexto de educação infantil, contexto familiar ou em terreiro de candomblé.

Resultados e discussão

Pesquisas como as de Oliveira (2004), Santiago (2015), Marques e Dornelles (2018) nos permitem importantes reflexões sobre a experiência racial vivida por bebês e crianças pequenas em contexto de educação infantil. Por outro lado, Fonseca (1992), Silva (2010), Ferreira e Camargo (2011) e Segato (2006) nos apresentam elementos para um debate sobre o papel da família na constituição identitária racial. As pesquisas apontam para políticas e práticas de branqueamento comuns em diversos contextos e frente a tal contexto, Souza (2019), amplia nossos horizontes ao nos oferecer reflexões sobre bebês em terreiros de candomblé e as contribuições de uma educação pautada na lógica exúlica (SOUZA, 2016). É a partir da intersecção entre esses três elementos (educação infantil, família e terreiro), que desenvolvemos os debates aqui propostos.

Se as pesquisas que articulam raça, com educação infantil ou com análises sobre o papel da família apontam para racismo, branquitude e discriminação, para Souza e Araújo (2018) o candomblé é como fonte para orientações na construção de uma educação igualitária, para colaborar como aporte para a construção de uma educação para e nas relações étnico-raciais. Portanto, candomblé tanto é o conjunto de cerimônias que ritualizam a vida das pessoas ligadas a essas comunidades, quanto sua forma de ser e estar no mundo. Ser de candomblé é assumir um ethos que transcende as formas mais corriqueiras e ocidentais de ser e estar no mundo, já que o candomblé tem como principais referências as experiências afro-diaspóricas daquelas populações que tiveram que refazer e ressignificar suas formas de existência e de construir sentidos na diáspora. Nesse processo de reconstruir suas estruturas de sentido, também teve que ressignificar os parâmetros de entendimento acerca de crianças, bebês, infâncias, modelos familiares, etc.

Nesse sentido, Souza (2019) apresenta aportes da lógica exúlica considerando uma perspectiva afrocentrada da compreensão de oralidade.

Quando se fala da “tradição africana”, nunca se deve generalizar. Não há uma África, não há um homem africano, não há uma tradição africana válida para todas as regiões e todas as etnias. Claro, existem grandes constantes (a presença do sagrado em todas as coisas, a relação entre os mundos visível e invisível e entre os vivos e os mortos, o sentido comunitário, o respeito religioso pela mãe, etc.), mas também há numerosas diferenças: deuses, símbolos sagrados, proibições religiosas e costumes sociais delas resultantes variam de uma região a outra, e de uma etnia a outra; às vezes, de aldeia para aldeia (HAMPATE BÂ, 2003, p.14).

Para Souza; Santiago e Faria (2018) a lógica exúlica se circunscreve em uma perspectiva de descolonização dos saberes, considerando que as culturas infantis trazem um potencial intempestivo – cuja constituição se faz pelo pensamento sem imagem, constituindo-se como o espaço da diferença – intrínseco à sua natureza descolonizadora. Com base nesses elementos, como aponta a experiência de pesquisa de Souza (2016), podemos destacar alguns indicativos para a construção de metodologias de pesquisas com bebês e crianças no candomblé, a partir da lógica yorubá, a qual destaca a necessidade de apresentar outras perspectivas de tempo, espaço e corpos, subdividindo-se em: Conceitos orientadores para a construção de uma educação equânime; Lógica Exúlica e Posturas dinamizadoras de equidade. Dessa forma, os conceitos orientadores se dividem em: ancestralidade (é um valor fundamental para a consolidação identitária dos diferentes grupos humanos); corporalidade (buscar emergir em seu próprio corpo diferentes infâncias) e oralidade (a principal via de transmissão dos valores de ancestralidade) (SOUZA, 2016).

Os conceitos orientadores para a construção de uma educação equânime implicam posturas dinamizadoras que podem estar orientadas pela lógica exúlica, sendo elas o acolhimento, a cumplicidade e a transformação.

Em síntese, indicamos que uma educação pautada na lógica exúlica oferece importantes contribuições para a educação dos bebês – seja em contexto familiar ou coletivo – e configura-se como um importante contraponto frente às práticas e políticas de branqueamento. Também indica-se que ao observar atentamente os bebês e suas formas singulares de comunicação - seja no contexto doméstico, escolar ou no terreiro - , é possível encontrarmos elementos que podem contribuir para um modelo de educação mais democrático e capaz de abarcar elementos importantes do ponto de vista das relações raciais e da constituição da identidade étnico-racial de bebês e docentes.

Referências

- ABRAMOWICZ, Anete. **Estudos da infância no Brasil: encontros e memórias**. São Carlos, SP, 2015.
- CRUZ, Ana Cristina Juvenal da. Protagonismo do pensamento negro no Brasil: o lugar das mulheres e crianças negras no projeto UNESCO. **Educ. rev.**, Belo Horizonte , v. 34, e191259, 2018 .
- FERREIRA, Ricardo Franklin; CAMARGO, Amilton Carlos. As relações cotidianas e a construção da identidade negra. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 31, n. 2, p. 374-389, 2011.
- FONSECA, Ana Maria Medeiros da et al. Das raças à família: um debate sobre a construção da nação. Dissertação de Mestrado. UNICAMP. 1992.
- GOMES, Nilma Lino. Educação, raça e gênero: relações imersas na alteridade. **cadernos pagu**, n. 6/7, p. 67-82, 1996.

GOMES, Nilma Lino. Educação, identidade negra e formação de professores(as): um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.29, n.1, p. 167-182, jan./jun. 2003.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. *In*: BRASIL, **Educação Anti-racista**: caminhos abertos pela Lei federal nº 10.639/03. Brasília, MEC, Secretaria de Educação Continuada e Alfabetização e Diversidade, 2005. p. 39 – 62

GUERREIRO RAMOS. Alberto. **Aspectos sociológicos da puericultura**. Rio de Janeiro, 1944.

GUERREIRO RAMOS. Alberto. O problema da mortalidade infantil no Brasil. **Separata de Sociologia**, São Paulo, v. 13, n.1,p. 1-43, 1951.

GUERREIRO RAMOS. Alberto. O problema do negro na Sociologia brasileira. **Cadernos do Nosso Tempo**, Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política, v.1, n., 2, p. 189-220, jan./jun. 1954

HAMPATE BÂ, Amadou. Amkollel, o menino fula. Tradução Xina Smith de Vasconcellos. São Paulo: Casa das Áfricas e Pallas Athena, 2003.

MAIO, Marcos Chor. Guerreiro Ramos interpela a Unesco: ciências sociais, militância e antirracismo. **Cad. CRH**, Salvador, v. 28, n. 73, p. 77-90, Apr. 2015.

MAIO, Marcos Chor; LOPES, Thiago da Costa. Saúde e infância na sociologia de Guerreiro Ramos (1943-1952). Simpósio Nacional de História, v. 25, 2009.

MARQUES, Circe Mara; DORNELLES, Leni Vieira. Quem disse que as questões raciais não afetam os bebês?. **Revista Teias**, v. 19, n. 52, p. 48-59, 2018.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. Lisboa: Antígona, 2014.

MUNANGA, K. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL RELAÇÕES RACIAIS E EDUCAÇÃO-PENESB, **Anais...** Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Uma-abordagem-conceitual-das-nocoos-de-raca-racismo-dentidade-e-etnia.pdf>>. Acesso em: 05 jun.2018.

OLIVEIRA, Fabiana de. **Um estudo sobre a creche**: o que as práticas educativas produzem e revelam sobre a questão racial. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação. UFSCar, 2004.

OLIVEIRA, Fabiana de; ABRAMOWICZ, Anete. Infância, raça e “paparicação”. **Educ. rev.**, Belo Horizonte, v. 26, n. 2, p. 209-226, ago. 2010

ROSEMBERG, Fúlvia. Educação infantil, classe, raça e gênero. **Cadernos de Pesquisa**, n. 96, p. 58-65, 2013.

SANTIAGO, Flávio. Creche e racismo. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 9, n. 2, p. 441-460, 2015

SEGATO, Rita Laura. O Édipo brasileiro: a dupla negação de gênero e raça. Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, 2006.

SILVA, Marcella de Holanda Padilha Dantas et al. Negritude e infância: cultura, relações étnico-raciais e desenvolvimento de concepções de si em crianças. Dissertação de Mestrado. UnB, 2010.

SOARES, Luiz Antônio Alves. **A Sociologia Crítica de Guerreiro Ramos**: um estudo sobre um sociólogo polêmico. Rio de Janeiro: CRA-RJ, 2006.

SOUZA, Ellen; ARAUJO, Patrício. Deslocando as relações de gênero: infâncias e candomblé, contribuições para a educação com crianças pequenas. **Revista zero-a-seis**, v. 20 n. 37, 2008.

SOUZA, Ellen Lima; SANTIAGO, Flávio; FARIA, Ana Lúcia Goulart de. As culturas infantis interrogam a formação docente: tessituras para a construção de pedagogias descolonizadoras. **Revista Linhas**, v. 19, n. 39, p. 80-102, 2018.

SOUZA, Ellen. Bebês, Cultura e Raça em terreiros de candomblé: diálogos com Hampate Bâ in: TEBET, Gabriela (org.). **Estudos de Bebês e diálogos com a Sociologia**. São Carlos: Ed. Pedro e João, 2019, pp. 267 - 281.

TEBET, Gabriela; GOMES, Paulo; SANTOS, Natália; SEBASTIÃO, Michelle; BONIFÁCIO, Arlete; CAMPOS, Leonardo. Contribuições sociológicas para o estudo dos bebês na perspectiva das relações étnico-raciais in: TEBET, Gabriela (org.). **Estudos de Bebês e diálogos com a Sociologia**. São Carlos: Ed. Pedro e João, 2019, pp. 359 - 380.

ⁱ Os debates aqui propostos mobilizam ideias e argumentos desenvolvidos pelas autoras em publicações recentes das mesmas que integram o livro “Estudos de Bebês e diálogos com a Sociologia”, organizado por Tebet (2019).